

# FACTOS E COUSAS NAS CRÔNICAS DA REVISTA MATO- GROSSENSE *A VIOLETA*

Laís Dias Souza da Costa (UFMT)<sup>1</sup>

**Resumo:** *A revista A Violeta surgiu em 1916, em Cuiabá, capital de Mato Grosso, oriunda do Grêmio Literário “Júlia Lopes” e foi uma das revistas mais profícuas do Estado e do Brasil. Circulou de 1916 a 1950, aproximadamente, e configurou-se como um significativo veículo de divulgação sobre causas femininas e feministas. A coluna “Chronica” foi publicada durante os 34 anos em que a revista circulou, e registrou diversos acontecimentos da sociedade cuiabana e mato-grossense que nos auxiliam a compreender muitas facetas da “cousa graúda” – a História.*

**Palavras-chave:** *crônica; gênero; imprensa feminina; revista.*

A obtenção de direitos políticos e sociais e a inserção das mulheres mato-grossenses na imprensa podem ser considerados os principais fatores que motivaram o surgimento da revista *A Violeta*, em 1916, em Cuiabá, capital de Mato Grosso. Oriunda do Grêmio Literário “Júlia Lopes de Almeida”, a revista circulou até 1950, aproximadamente, e se tornou o veículo de divulgação das causas femininas e feministas, no início do século XX. Circulou durante 34 anos, alternando sua periodicidade em mensal e bimensal e foi uma das revistas mais profícuas e relevantes produzidas em Mato Grosso. Em nível nacional, pode ser considerado o segundo periódico literário feminino com maior tempo em atividade ininterrupta no Brasil. O jornal literário feminino *O Corymbo* das irmãs Revocata Heloisa de Mello e Julieta de Mello Monteiro foi o periódico com mais tempo em circulação, de 1883 a 1944, originado na cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

---

<sup>1</sup> Jornalista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: [laisdscosta@gmail.com](mailto:laisdscosta@gmail.com).

A primeira agremiação literária cuiabana surgiu em 1908, intitulada Grêmio “Olavo Bilac”. Logo em seguida, em 1911, apareceu o “Álvares de Azevedo”, e em 1916, o “Júlia Lopes”. As agremiações reuniam os apreciadores das “letras” de escritoras e escritores brasileiros e eram um dos expoentes da produção cultural e jornalística da capital de Mato Grosso. Os grêmios também estabeleceram novas formas de atuação na imprensa mato-grossense, já que financiavam as edições impressas com a renda obtida em festas literárias, além das assinaturas e vendas avulsas dos periódicos.

O Grêmio “Júlia Lopes” se diferenciava dos outros grêmios que surgiram no mesmo período por ser formado somente por mulheres. A escolha de Júlia Lopes de Almeida como madrinha foi definida após a leitura do *Livro das Noivas* (1896) por Maria Dimpina Lobo Duarte que propôs às outras integrantes do grêmio literário homenagear a escritora carioca. Júlia Lopes de Almeida é considerada a primeira romancista brasileira e compartilhava “os valores da burguesia em ascensão. Sua obra ficcional está marcada pelo compromisso com a mulher classe média, educada, burguesa, idealista e ambiciosa por um espaço que a reconheça como cidadã e pessoa”, como descreve Nadilza Moreira (2003: 78).

Participavam do “Júlia Lopes” jovens normalistas e mulheres letradas da sociedade mato-grossense, sendo a maioria delas de famílias tradicionais que tinham em comum o apreço e o objetivo de “cultivar as letras femininas e patrícias”, de acordo com Yasmin Nadaf (1993) que dedicou sua dissertação de mestrado intitulada *Sob o signo de uma flor* a mapear e descrever os temas abordados nas edições da revista. Além desse objetivo, as associadas ao “Júlia Lopes” se propuseram a desenvolver uma missão mais complexa: realizar o “engrandecimento da moral da nossa estremecida terra” (Arinapi. *A Violeta*, nº 212: 3). É importante ressaltar que a grafia original da revista foi mantida neste trabalho para preservar o estilo e a construção narrativa dos textos de cada redatora.

Assim, esse “engrandecimento” foi tema de vários artigos, crônicas e cartas publicadas na revista durante o tempo em que circulou, e estava atrelado não só a “moral”, e sim, a uma reflexão mais ampla sobre as relações sociais, a hierarquização dos indivíduos na sociedade e, principalmente, sobre a *questão feminina* que diz respeito à identidade e a redefinição do *papel* das mulheres brasileiras no começo do século XX. A existência de uma *essência* feminina e a definição de funções e atividades destinadas às mulheres, baseando-se em argumentos relacionados à “natureza” física e sexual, ainda aparecem em várias ocasiões no discurso dessas mulheres e demonstram a complexidade da atuação feminina e feminista em questionar e refletir sobre a ordem hegemônica e androcêntrica que designa os indivíduos do sexo masculino como absolutos na sociedade (Beauvoir 1970).

A designação dos homens – do sexo masculino e não do *Homem*, considerado universal – recebeu subsídios da igreja, da ciência, da história e mais recentemente dos meios de comunicação de massa, que contribuíram para a construção da identidade feminina como complementar aos homens. Assim, as mulheres receberam algumas denominações, entre elas, a de segundo sexo e sexo frágil, sempre levando em consideração a “[...] diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da

diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho” (Bourdieu 2011: 20).

Mas como são construídas essas diferenciações? De que modo elas condicionam a existência das mulheres? É possível considerar a categoria *mulher* homogênea? Houve consenso por parte das mulheres, em relação ao seu *papel* na sociedade? Com a finalidade de responder essas – e muitas outras – questões sobre “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”, como explica a historiadora americana Joan Scott (1995: 72) que as feministas americanas iniciaram os estudos de gênero (do inglês *gender*), na segunda metade do século XX. Para a historiadora June Hahner, a “[...] relação dos sexos, como a de classe e a da raça, é antes social que naturalmente constituída, com desenvolvimento próprio, variando com as mudanças na organização e na estrutura social” (Hahner 1981: 22).

Para Scott, “[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (1995: 88). Essa articulação do poder (ou dos poderes), na visão da historiadora, não é feita a partir de um consenso e nem de uma origem única, e sim de processos que se interconectam e podem ser explicados baseando-se no significado. “Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas interrelações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre a mudança” (1995:86).

Para Françoise Collin (2009), uma das alternativas para reverberar a complexidade da existência das mulheres foi o feminismo, que “introduziu não uma evolução, mas uma revolução na concepção da relação entre os sexos, revolução que não inclui um modelo factual ou ideológico prévio” (2009: 61). Ainda sobre o feminismo, Hahner (1981) explica que ele “abrange todos os aspectos da emancipação das mulheres e inclui qualquer luta projetada para elevar seu status social, político ou econômico; diz respeito à maneira de se perceber da mulher e também à sua posição na sociedade” (1981: 28).

### **A imprensa feminina (e feminista) como ideário moderno**

A presença das mulheres na imprensa, nas instituições educacionais, em organizações políticas e literárias (femininas e feministas) representa a obtenção de novos espaços para o relacionamento pessoal e profissional, no fim do século XIX e início do XX. Além de modificar os estereótipos relacionados à conduta feminina, alguns periódicos e organizações foram alternativas de interferências no *status quo* porque eram destinados a conscientizar e propor ações emancipadoras que contribuíssem com a obtenção e reconhecimento de direitos sociais e políticos destinados às mulheres.

Inicialmente atrelado ao movimento sufragista, as feministas brasileiras colocaram em pauta, ainda no século XIX, o voto como direito político inerente à nova condição brasileira, de Estado republicano. Influenciadas principalmente pela atuação das americanas e de algumas feministas europeias, as brasileiras proclamaram

[...] sua insatisfação com os papéis tradicionais atribuídos pelos homens às mulheres. Principalmente por meio de jornais editados por mulheres, agora esquecidos, surgidos nessa época nas cidades do centro-sul do Brasil, elas procuraram despertar outras mulheres para seu potencial de autoprogresso e para elevar seu nível de aspirações (Hahner 1981: 28).

O início das publicações femininas enfrentava dificuldades, e uma delas era a analfabetização de homens e de mulheres, o público alvo destes periódicos. Mas as redatoras e colaboradoras das revistas transformaram essa dificuldade em uma causa e defendiam o acesso e a disponibilização de escolas para mulheres.

De um modo geral, as revistas femininas tinham uma vida curta, às vezes não ultrapassavam um ano de existência. Tinham um público reduzido, porque eram poucas as mulheres alfabetizadas. Elas, nessas revistas, defendiam o acesso a escola com vistas ao aperfeiçoamento do papel feminino de mãe e esposa. Era comum as redatoras dos jornais femininos assinarem suas matérias com um pseudônimo masculino (Abreu 2008: 149).

Com características próprias, a imprensa feminina pode ser considerada como o veículo do ideário moderno (Carvalho 1995) e se difere da imprensa tradicional por estar “estritamente ligada ao contexto histórico que cria razões para seu surgimento, e que interfere em cada passo de sua evolução. Jornais e revistas femininos funcionam como termômetros dos costumes de época. Cada novidade é imediatamente incorporada, desenvolvida e disseminada”, como define Dulcília Buitoni (1990: 24).

O início do século XX, especialmente, foi um dos momentos significativos para o surgimento de periódicos femininos e feministas, por conta do crescimento das cidades, o início da industrialização, a criação de escolas públicas primárias visando à alfabetização de homens e mulheres e as mudanças econômicas e estruturais advindas da “modernização” implantada nas cidades brasileiras.

Nessa época, buscando negociar com a sociedade um novo lugar para si, a mulher assume definitivamente o papel tradicional de esposa e mãe, que lhe foi atribuído, ao mesmo tempo em que reivindica sua inserção na esfera pública, até então reservada ao domínio masculino. A educação se configura como o grande pilar das reivindicações femininas, passaporte de entrada das mulheres para a vida pública (Almeida e Bernardes 1998: s/p).

Conforme Angela Almeida e Elizabeth Bernardes (1998) é notável “que as defesas feitas pelos jornais femininos e pelas feministas dessa época, no que concerne à emancipação da mulher, atrelam-se à promoção da mulher como mãe e educadora dos filhos, no seio da família e da sociedade” (s/p). A promoção da mulher também estava intimamente ligada ao acesso à educação e o direito ao voto, e essas duas

causas foram difundidas não só pelos movimentos feministas e imprensa das grandes cidades brasileiras, mas também por revistas femininas de locais distantes dos principais centros urbanizados do Brasil, como *A Violeta*.

### “Factos e cousas” de Mato Grosso

Maria Dimpina Lobo Duarte e Maria de Arruda Müller foram as principais cronistas da revista literária *A Violeta*. A primeira utilizava o pseudônimo “Arinapi”, nas primeiras décadas, e foi considerada a cronista oficial do periódico pelas integrantes do Grêmio. Mas “Mary”, pseudônimo de Maria Müller também incorporou a principal característica da crônica: registrar o *circunstancial*, de acordo com Jorge de Sá (2006). A coluna “Crônica”, como o título sinaliza, destinava-se a registrar os acontecimentos cotidianos, “as cousas miúdas”, como diria Sidney Chalhoub (2005). Mas, ao contrário do que possa aparentar, as crônicas, na verdade, testemunham os principais acontecimentos da sociedade cuiabana e nos auxiliam a compreender as facetas que a “cousa graúda” – a História – pode ter.

Tendo consciência de sua função como cronista, “Mary” confirma, na crônica da edição número 180, publicada em 31 de Julho de 1930, o que Sá (2006) afirma sobre observação direta como “ponto de partida para que o narrador possa registrar os fatos de tal maneira que mesmo os mais efêmeros ganhem uma certa concretude” (2006:6).

A responsabilidade dos cronistas literários da actualidade, focalizando factos e cousas do momento que passa, vae engrandecendo dia a dia, graças a documentação viva e farta que os processos mechanicos e electricos multiplicam: desde as revistas ilustradas, onde os clichés excellen cada qual mais primorosa na confecção, nalgumas banidas mesmo os emolduramentos da palavra impressa, bastando à guisa de commentario uma ou duas phrases que pela sua perfeição e justesa lembram illuminuras, até o cinematographo com sua ultra moderna adaptação e modalidade registrando a voz humana e os sons nas suas mais delicadas cambiantes, ao mesmo tempo que fixa para estudo da posteridade as expressoes physionomicas, os gestos, a indumentaria e o ambiente, essa ambiente formidavel que o seculo 20 desenhou para a humanidade. Nós, porém, os pobres cronistas de aldeia, ou vindo de longe o ariar da grande machina do progresso, temos que nos contentar com o pouco que já é muito – a imprensa – comparado aos meios de que se serviram os coévos de Vaz Caminha. E por isso mesmo, para desempenhar e esculpir a epoca maravilhosa que atravessamos, com a mesma fidelidade dos meios mechanicos aperfeçoadissimos, a penna do chronista contemporanea ha que ser acima do buril e do cinzel, um instrumento de precisão norteado pelo mais claro e verdadeiro senso de observação... (Mary. *A Violeta*, nº 180: 2).

Na mesma crônica, Mary registra a abertura do grupo escolar “Pedro Segundo”, em Cuiabá, em comemoração ao centenário “do nosso agosto imperador” e elogia a atitude do governo estadual em colocar a instrução pública em primeiro lugar, “como os verdadeiros estadistas” o fazem. Mary também revela a “superlotação na Escola Modelo onde uma frequência de cerca de 900 alumnos de ambos os sexos, mesmo funcionando em dois turnos já é demasiada!” (Mary. *A Violeta*, nº 180: 2).

Em seguida, a cronista dialoga com o presidente do Estado sobre o “Regulamento da Instrução” e informa, em nome “do professorado interino de Matto Grosso”, o desejo em reformular o capítulo do regulamento que exige “concurso entre os professores diplomados para provimento effectivo de vagas existentes” (Mary. *A Violeta*, nº 180: 2).

“Os nossos legisladores da materia hão de achar forçosamente um meio menos vexatorio de alçar à posse effectiva do cargo, professores de reconhecimento da competencia que, além de formados já exerceram por varios annos o magistério na Escola Modelo e nos vários grupos escolares do Estado” (Mary. *A Violeta*, nº 180:2). E finaliza a crônica sugerindo o preenchimento das vagas do novo grupo escolar sem a necessidade de concurso público.

Pediríamos ao plecaro dr. Presidente do Estado que fizesse preencher effectivamente, sem necessidade do concurso, as vagas que vão se dar com a instalação do Pedro 2, como um justo premio à dedicação e esforço dos professores interinos que mais se evidenciaram neste decennio. Apresentando-se numero superior de candidatos às vagas existentes, far-se-á a seleção pelos documentos comprobatórios de sua capacidade, como: maior tirocínio, numero maior de alumnos aprovados, assiduidade e cumprimento aos seus deveres escolares e por ultimo como prova de menor valor a verificação dos diplomas de cada um. Mary (Mary. *A Violeta*, nº 180: 2-3).

Mary, enquanto normalista e defensora da educação pública de qualidade, se posiciona sobre a mudança no regulamento e dialoga com a autoridade pública mais representativa do Estado, a favor dos professores interinos que exercem o magistério há vários anos, mas não possuem o diploma. A atitude teria como objetivo valorizar profissionalmente os educadores e contribuir para o pleno desenvolvimento do sistema educacional.

A crônica de Mary nos apresenta um fragmento do cenário educacional mato-grossense, no início da década de 1930, que reflete ainda o alto índice de analfabetismo constatado no censo populacional realizado pelo governo estadual, em 1920, e disponível para consulta no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (AP-MT). O censo apontou um dado preocupante: a população triplicou em 30 anos, passou de 9.228 habitantes em 1890 para 33.687 habitantes em 1920. E apesar das mudanças estruturais que Cuiabá recebeu nos primeiros anos do período republicano, o índice de cidadãos analfabetos ainda era significativo.

Do total de habitantes da capital em 1920, 21.653 cidadãos não sabiam ler nem escrever, e estes números refletem a dificuldade em frequentar as escolas primárias

da cidade que eram particulares, em sua maioria. Este fato começou a ser mudado a partir da primeira década do século XX, quando foi iniciada a Reforma da Instrução Pública no Estado de Mato Grosso, mas o resultado efetivo é perceptível alguns anos depois. Com a Reforma, instituições educacionais foram criadas, e as escolas e grupos escolares existentes foram ampliados, tanto na capital como em outras cidades do interior do Estado.

Nas primeiras décadas do período Republicano, Cuiabá era o espaço mais urbanizado e aos poucos foi se transformando em uma cidade moderna com a execução de obras estruturais essenciais para o desenvolvimento, como a iluminação elétrica que, a partir de 1919, foi generalizada pelas residências da capital. As transformações faziam de Cuiabá uma cidade em modernização que viveu, no início do século XX, um dos períodos mais significativos de efervescência cultural e política de sua história.

Não obstante, logo no alvorecer do século, alguns indícios de modernidade já podiam ser vistos na Capital. O governo de Pedro Celestino já havia reformulado a organização escolar mato-grossense, dotando-a de métodos mais modernos. Fundou também o Palácio da Instrução, a escola Normal e a Escola Modelo, estabelecimentos de grande importância na instrução da Juventude mato-grossense (Siqueira 2002: 37).

Em Cuiabá, o “Liceu Salesiano São Gonçalo”, fundado em 1894, ganhou um terreno onde foi construído o prédio onde funciona até hoje, ao lado da Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora. Na época o Salesiano foi considerado um dos centros educacionais mais importantes do País porque oferecia, além dos cursos primários e secundários, cursos profissionalizantes em diversas áreas como “oficina de carpinteiro, ferreiro, sapateiro, alfaiate, de impressão e encadernação” (Póvoas 1982: 51).

Outro destaque de Cuiabá era o “Liceu Cuiabano”, instalado em 1880, que oferecia o curso “ginásial” e atraía jovens de todo o Estado e de territórios vizinhos (Trubiliano 2008). A alternativa para as mulheres eram os colégios religiosos, entre eles, o “Externato do Sexo Feminino”, fundado em 1889, segundo Póvoas (1982), “o primeiro estabelecimento dedicado exclusivamente ao ensino do sexo feminino, que se tem notícia” (1982: 51). Além da ideologia religiosa, as mulheres necessitavam se “adequar” aos padrões tradicionais da sociedade.

No caso das mulheres que tinham alguma intenção em exercer uma profissão, um dos caminhos era o magistério. “Vale informar, que as primeiras escolas normais para a formação de professores no Brasil foram criadas entre 1835 e 1880, oferecidas, a princípio, somente aos homens, havendo a inclusão feminina nos primeiros anos da República” (Trubiliano 2008: 4).

A educação formal para as mulheres também foi tema de crônicas nas edições d’*Violeta*. O tema era abordado especialmente por Maria Dimpina (ou Arinapi), que reivindicava ainda direitos políticos como o voto feminino. A criação de uma escola doméstica para mulheres, em Cuiabá, é o tema da crônica escrita por Arinapi, na edição número 177, publicada em 30 de Abril de 1930.

Uma citação d'*O Livro das Noivas* (1896), de Júlia Lopes de Almeida, madrinha do Grêmio, abre a crônica que trata dos “serviços domésticos” realizados pelas mulheres.

É da cosinha que muitas vezes depende a felicidade do homem! Disse D. Julia em sua utilissima e interessante obra ‘O livro das Noivas’. E si alguém quizer comprehender exaggerada a idéa, acabará convencendo-se da sua veracidade lendo o importante artigo e acompanhado as nossas necessidades diarias. Hoje, mais que nunca, o problema ahi está ao alcance de todos os que querem comprehendel-o, necessitando serias atenções (Arinapi. *A Violeta*, nº 177: 1).

Arinapi considera um “problema” a escassez de pessoas capacitadas que realizem funções domésticas, entre elas, as próprias donas de casa, que culturalmente seriam as “responsáveis” por essa função e não estariam realizando-a corretamente. “Ainda somos, como bem o disse a notavel escriptora, na maior parte, umas inuteis donas de casa, porque, ainda nos diz ella, *ai de nós, pouco ou nada disso entendemos também*” (Arinapi. *A Violeta*, nº 177: 1 – grifo da autora).

A seguir, Arinapi afirma a diferença entre a realidade em que *O Livro das Noivas* foi escrito, e a década de 1930, período em que as mulheres e moças se dedicavam à carreira profissional e ocupavam funções em empregos públicos.

O que é verdade é que, si no tempo em que se deu a publicação da alludida obra, a escriptora tinha razão, o que não poderemos dizer nós, hoje, que o mal cresceu vertiginosamente! E si os nossos Lyceus, cursos superiores, commerciaes regorgitam de moças, que se preparem para o desempenho do magisterio ou das funcções publicas, nada é mais certo que o aprendizado dos serviços domesticos escasseia, diminue e desaparece, consideravelmente, dia a dia. Quem estas linhas escreve, teve sempre por principio da educação familiar, primeiramente pela necessidade, depois de ocupar-se alternativamente de ambos os mistéres a escola, o serviço publico, as occupações domesticas (*A Violeta*, nº 177: 1).

Maria Dimpina considerava primordial o domínio da educação doméstica, independente da atividade que as mulheres exerciam, ou da classe social, e localizava na figura feminina a responsabilidade pela transmissão dos conhecimentos “do lar”. Para ela, as mulheres eram “baluartes da sociedade; da sua educação depende muito a educação nacional, e é preciso accordar-se em quanto é cedo” (Arinapi. *A Violeta*, nº 177: 1), e sugere a criação de uma “escola domestica, pratica, profissional, que ella tivesse por base as proprias necessidades do lar, da familia e que preparasse a mulher para ser mãe, dona de casa, por meio de um programma que satisfizesse as exigencias necessarias, dirigida por mestres habilitados e competentes” (Arinapi. *A Violeta*, nº 177: 1).

A partir de algumas escolas domésticas instaladas em cidades brasileiras, e de sua experiência como diretora de escola, Dimpina afirma a viabilidade de uma escola

com o financiamento público. “Como estabelecimento particular, é impraticável, dispendiosa, mas com o auxílio do governo, não. O difícil é o início, a criação, porque da base depende a solidez do edifício e as bases precisam ser lançadas com preferência e será perdida uma despesa que se fizer com o preparo da própria formação do caráter nacional” (*A Violeta*, nº 177: 1).

Percebe-se no discurso de Arinapi a preocupação com o desenvolvimento de uma identidade nacionalista, portadora dos ideais de “ordem” e “progresso” advindos do período republicano, e a família nuclear era um dos pilares dessa “nova” nação.

O processo de urbanização, a disseminação do ideário liberal e a consolidação do Estado Nacional, no decorrer do século XIX, implicaram em uma reorganização da família e trouxe, por consequência, modificações na situação da mulher. A nova família nuclear deveria responder a uma dupla exigência do Estado: a formação de indivíduos submissos ao Estado e o desenvolvimento do sentimento de pátria ou nação, pouco presente no sistema colonial (Almeida e Bernardes 1998: s/p).

Almeida e Bernardes ressaltam algumas mudanças relacionadas à reorganização da família brasileira, que acabaram reafirmando, em um “novo” cenário, as identidades masculinas e femininas estabelecidas anteriormente. Assim, caberia ao pai “a proteção material dos filhos, enquanto à mãe é atribuída a tarefa de preparar as crianças física, intelectual e moralmente para servir a humanidade” (1998: s/p).

Para Arinapi, as escolas domésticas afastariam muitas jovens “da ociosidade e da perdição, dando-lhes um meio prático e seguro de subsistência” (Arinapi. *A Violeta*, nº 177:1), já que a ociosidade era incompatível com a emancipação econômica e intelectual da mulher. A preocupação de Arinapi com o tornar-se “mulher” revela, ainda, o caráter normatizador veiculado por alguns periódicos desse período, como explica a historiadora Maria Fernanda Bicalho (1989).

A maioria desses jornais não se restringiram, no entanto, a oferecer às suas leitoras um passatempo útil e agradável; iam além ao assumirem o compromisso de melhor orientar a mulher moderna nos seus deveres para com a família e com o lar, num claro intuito de normatizar a conduta feminina. Visavam sobretudo a instrução da mulher no desempenho de seu novo papel de esposa-mãe-dona-de-casa, num momento em que a figura da mulher ociosa, de chicote na mão, camisolão e tamancas havia dado lugar a uma dona de casa atenta aos mínimos detalhes cotidianos da arrumação da casa, bem-estar do marido e educação dos filhos (Bicalho 1989: 84).

A historiadora Ana Maria Marques (2011) também afirma que, nesse período, o “engajamento das mulheres ao feminismo passava pela ideia de que era preciso profissionalizar outras mulheres para o trabalho doméstico – não se cogitava a

divisão de tarefas domésticas com os homens. Aliás, as ‘serviçais’ bem preparadas manteriam a casa sem prejuízo ou perda daquela harmonia que ‘só as mulheres’ podiam trazer ao lar” (2011: 14). A Escola Doméstica “Dona Júlia” foi instalada em 1946, em Cuiabá, e funcionou durante um curto período, até 1950, aproximadamente, com recursos públicos, como reivindicava Maria Dimpina.

Além de participar ativamente da reorganização da família, correspondente ao ambiente “privado” da mulher, as mato-grossenses se organizaram para reivindicar o direito ao voto e a cidadania. Adeptas do feminismo liberal (Rago, 1996), e no período em que se desenvolveu o feminismo de primeira onda (Pedro, 2011), é possível perceber na crônica publicada por Arinapi, na edição número 202, publicada no dia 25 de Dezembro de 1932, sua posição a respeito do feminismo e do projeto eleitoral brasileiro.

No início do ano, em 24 de Fevereiro de 1932, o presidente Getúlio Vargas publicou o Decreto 21.076, concedendo o direito ao voto às mulheres que tinham renda própria. Arinapi faz uma breve retrospectiva do ano, e afirma que

O direito que as nossas leis concedem às mulheres de votar, com os homens, quando devem ser escolhidos os detentores dos Poderes Públicos da União, é o caso de maior monta atualmente para ser tratado em um órgão como o nosso que durante dezesseis anos precisos vem trabalhando, sem esmorecimentos, por tudo quanto e concernente à família, à sociedade e à pátria, das quaes é a mulher mãe, esposa, irmã ou educadora a energia principal (Arinapi. *A Violeta*, nº 202: 2).

Em relação ao feminismo, a autora declara não ser

[...] adepta intransigente de um feminismo amasculinado, que vive às tontas depois de gerado em cerebros inconscientes. Como sempre as ideias que nascem encontram duas correntes antagonicas: uma, a daquelles que sabem que estão aptos para comprehendel-a; e a outra, a dos que, sem interpretal-as devidamente, pregam nas aos tortos e aos direitos, desvirtuadas e despidas de seus fins primordiaes. E o feminismo não escapou, como as outras, dessas duas correntes antagonicas (Arinapi. *A Violeta*, nº 202: 2).

Para a autora, uma das correntes do feminismo seria a “masculinização” das mulheres ao utilizar trajes, gestos e funções masculinas “e ainda mais tomar para si os direitos e deveres dos homens e deixar os seus, não sei porque e para quem...” (Arinapi. *A Violeta*, nº 202: 2). Arinapi considera este pensamento uma interpretação inadequada do feminismo já que a mulher havia conquistado o direito ao voto, mas os homens não deveriam fazer os “serviços” realizados pelas donas de casa. Maria Dimpina, em suas crônicas, representa um modo de pensar o feminismo, cuja forma política não envolvia a disputa de papéis culturalmente entendidos como masculinos. Por fim, ela conclama:

E assim, leitores meus, daqui do recesso calmo do meu lar, onde me prendem os deveres tão agradáveis para mim de esposa e mãe, tive, ordenada pela lei que me fez eleitora, de tratar do voto feminino que tantas vezes combale, não porque me intimidasse a falta de competencia para exercer-lo, mas pelas mesmas razões por mim acima allegadas e que se resumem em querer para a nossa Patria um eleitorado livre, são, consciente, para evitar que na escolha dos detentores dos Poderes Públicos sejam prejudicados os interesses nacionaes. Que as minhas patricias se eduquem para serem verdadeiras cidadãs e patriotas nas urnas e no lar, são meus votos.

Arinapi. *A Violeta*, nº 202: 4).

A preocupação com o futuro do país é um tema recorrente nas edições da revista. E a compreensão deste aspecto pelas leitoras e agora detentoras do poder de escolher os seus representantes é sempre levado em consideração nos artigos, crônicas e textos informativos.

“O Brasil é uma república e os seus dirigentes devem ser escolhidos não pelas armas que eliminam seus filhos, mas nas urnas ao livre arbitrio do povo” (Arinapi. *A Violeta*, nº 202: 3). A referência às armas neste trecho está ligada a “Revolução Constitucionalista de 1932”, que foi tema das edições número 199 e 200 da *Violeta* na seção “Chronica”. Nas duas edições, o voto feminino, os artigos do Estatuto da Legião Feminina e os desdobramentos da “Revolução de 1932” são os assuntos principais das primeiras páginas da revista.

### Considerações finais

A utilização dos meios de comunicação de massa pelas organizações femininas e feministas nas primeiras décadas do século XX, como o rádio, os jornais e revistas foi essencial para repercutir e sensibilizar a opinião pública e os cidadãos a respeito de suas causas. As redatoras e colaboradoras dos periódicos contribuíram para o nascimento de grupos femininos e feministas que lutaram (e ainda lutam) por direitos civis e políticos no Brasil.

Por meio das crônicas, consideradas “miúdas”, foi possível revelar aspectos da história das agremiações culturais e políticas; dos eventos sociais, religiosos, dos costumes e tradições das cidades; das campanhas que conclamavam voluntários para atender as instituições hospitalares; dos conflitos entre Estados e países vizinhos, das guerras mundiais; ou somente descrever a primeira viagem de avião entre cidades dos atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Além disso, os periódicos femininos que reverberaram essas “escritas” estão inseridos na história do jornalismo brasileiro, e nos mostram os fazeres e interações em determinados períodos.

É perceptível a mudança de posição da mulher tanto na esfera privada como na pública e, se, de acordo com Simone de Beauvoir (1970), “o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens” (1970: 15), foi necessário contar a história, refazê-la, reinventá-la e, assim, reverberar as ideias de uma maneira

diferente, ou de várias maneiras diferentes, como fizeram as mulheres brasileiras e mato-grossenses.

## FACTOS E COUSAS IN THE CHRONICLES OF MATO-GROSSENSE MAGAZINE A VIOLETA

**Abstract:** The magazine *A Violeta* appeared in 1916, in Cuiabá, capital of Mato Grosso, deriving from the Literary Bosom "Júlia Lopes" and was one of the most useful magazines of the State and of Brazil. The magazine circulated since 1916 up to 1950, approximately, and was configured as a meaningful vehicle of divulgation about feminine and feminist causes. The column "Chronica" was published during the 34 years that the magazine circulated and registered a lot of events of the cuiabana and mato-grossense society, which helps us to understand many facets of "cousa graúda" - the History.

**Keywords:** chronicle; gender; feminine press; magazine.

## REFERÊNCIAS

*A Violeta*. Ano 14, Número 177. Cuiabá de 30 de Abril de 1930. Edição disponível para consulta no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHG-MT).

\_\_\_\_\_. Ano 14, Número 180. Cuiabá, 31 de Julho de 1930. Edição disponível para consulta no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHG-MT).

\_\_\_\_\_. Ano 16, Número 202. Cuiabá, 25 de Dezembro de 1932. Edição consultada no arquivo particular de Yasmin Nadaf.

\_\_\_\_\_. Ano 17, Número 212. Cuiabá, 25 de Dezembro de 1933. Edição disponível para consulta no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHG-MT).

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; BERNARDES, Elizabeth Lannes. Subordinação e rebeldia: o papel da mulher na família nuclear moderna. In: *Revista de Educação Pública da UFMT*, Volume 6, Nº 011, Jan/Jun-1998. Disponível em <[http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev11/subordinacao\\_e\\_rebeldia\\_o\\_pael\\_da\\_mulher.html](http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev11/subordinacao_e_rebeldia_o_pael_da_mulher.html)>, acesso em 14 de agosto de 2010.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Parte I - Fatos e Mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O BELL SEXO: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In: *Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina*. COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: Fundação Carlos Chagas, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

CARVALHO, Kátia de. A imprensa feminina no Rio de Janeiro, nos anos 20: um sistema de informação cultural. In: *Ciência da Informação* – Volume 24, número 1, 1995.

CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org). *História em cousas miúdas*. Capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

COLLIN, Françoise. Diferença dos sexos (teorias da). In: HIRATA, Hélène et al. (org). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 59-66.

HAHNER, June E. *Mulheres brasileiras e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MARQUES, Ana Maria. O feminismo nas narrativas de mulheres da revista *A Violeta* - Cuiabá: 1916-1950. In: *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 4, n. 1, jan-jul/2011.

NADAF, Yasmin Jamil. *Sob o signo de uma flor*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. In: *Topoi*, v. 12, n. 22, jan-jun/2011, p. 270-283.

PÓVOAS, Lenine Campos. *Historia da Cultura matogrossense*. Cuiabá, 1982.

RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. In: *Cadernos AEL*, n. 3/4, p. 12-43, 1995/1996.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1985.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul/dez, 1995.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. Ecos juvenis e a marcha para oeste: imprensa feminina e identidade social. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008.

---

**ARTIGO RECEBIDO EM 04/03/2013 E APROVADO EM 26/03/2013**